

ATA DA XXXII REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA NO DIA DOIS DE SETEMBRO DE 2009.

Aos dois dias do mês de setembro do ano de Dois Mil e Nove, realizou-se a Trigesima segunda reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto EMATER. Estiveram presentes 26 conselheiros: MARIA APARECIDA GEFFER, JOSE LUIZ SCWAB, ADRIANO G. PEREIRA, SERGIO J. KAUPKA, NESTOR BRAGAGNOLO, GILSON FARIAS, AILTON SANTOS DA SILVA, NILCEU R.X. DE NAZARENO, ARISTEU ELIAS RIBEIRO, MERCEDES DEMORE, ROSANA DE MELO CORREA, NILSON HANKE CAMARGO, VALTER DA SILVA, DANIEL CORDEIRO VIEIRA, VANDERLEY ZIGER, JOAQUIM THOMAZ, ANIBAL RODRIGUES, ANDREIA CLAUDINO, ADEMIR DALLAZEN, GERALDO BATISTA MARTINS, NEVERALDO OLIBONI, RENI ANTONIO DENARDI, EUGENIO M. BITTENCOURT, ELTON WELTER, JAIR DOBNER e HERLON GOELZER DE ALMEIDA. O Diretor Geral da Secretaria da Agricultura Herlon Goelzer de Almeida representou o Presidente do CEDRAF Valter Bianchini e presidiu a reunião, dando início aos trabalhos começando pela pauta que continha os seguintes assuntos: **1) – APROVAÇÃO DA ATA. 2) – CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL – Erick/SEAB; 3) – AQUISIÇÃO DE ÁREAS PELO INCRA – Geraldo/INCRA; 4) – INDICADORES DO MILÊNIO 2009/PARANÁ E MESORREGIÕES – Angelo/FIEP/PR. 5 – CONTRATAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E ESTUDO PROPOSITIVO PARA SUBSIDIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM BENEFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DOS TERRITÓRIOS RURAIS PARANAENSES – Secretaria Executiva; 6) REGULAMENTAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL – Marcos/FETAEP e Vilson/FETRAF; 7) COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMATER – Arnaldo Bandeira/EMATER; 8) LEI DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA VISÃO DA UNICAFES Paraná – Ademir/UNICAFES; 9) CONTRATAÇÃO DE RECURSOS PARA MELHORIAS NA CEASA DE CURITIBA ATRAVÉS DO PROJETO COM O MAPA – Antenor/CEASA; 10) PROJETOS PRONAT 2009 – Abner/MDA; 11) – INFORMES E ENCERRAMENTO.** Em seguida colocou que as duas ATAs para aprovação, as quais foram aprovadas por unanimidade pelos Conselheiros presentes. Como o SR. Erick avisou que se atrasaria, passou-se para o próximo item da Ata, que foi apresentado pelo Sr. Geraldo o tema **AQUISIÇÃO DE ÁREAS PELO INCRA** – o qual fez uma breve explanação informando que as áreas em questão estão localizadas no município de Tibagi, tratando-se da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, lotes 70 e 84 com área registrada de 93,60ha de propriedade de Ana Neuza Bobato, lotes 85 e 86 com área registrada 96,20ha de propriedade de Joel Henri Regailo e lotes 91 e 92 com área registrada de 67,40ha de propriedade de Valmir Duarte Gonçalves, essas áreas serão destinadas para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, famílias essas que já estão alocadas a mais de vinte anos nessas áreas. Informou aos Conselheiros que o INCRA dará apoio gradativo a essas famílias, elas também terão apoio do PRONAF e de outras políticas públicas. Colocou que necessita da aprovação deste Conselho para dar encaminhamento junto dos demais documentos como Avaliação p/emissão de TDAs e empenho para ser remetido à Diretoria em Brasília DF. Após empenhado os recursos será feito a escritura e registro das áreas para o INCRA e após neste caso será repassado para as famílias de agricultores rurais já existentes. Onde não há famílias ocupando as áreas os procedimentos são diferentes; é feito uma seleção de famílias com o Plano de Desenvolvimento em Assentamentos (PDA)

onde se estabelece o número de famílias por área de assentamento. Finalizada a apresentação abriu-se para plenária, onde foram feitos alguns questionamentos como: - sobre os passivos das áreas a serem adquiridas; - a diferenciação de valores pagos pelas áreas de uma mesma Fazenda; - as áreas degradadas na região de Paranavaí e Querência do Norte, se o INCRA tem conhecimento; - e quanto aos recursos financeiros junto ao INCRA. Foi respondido pelo representante do INCRA aos questionamentos: - O INCRA possui a Licença Prévia, Licença Ambiental, Licença de instalação, e quanto aos passivos são descontados do valor da avaliação; - quanto a diferenciação de valores, se dá devido à localização dos lotes quanto ao acesso e áreas produtivas; - quanto a região de Paranavaí e Querência do Norte colocou que a preocupação do INCRA são aquelas áreas iguais a está que está sendo apresentada; - e aos recursos até então não se tinha problemas, mais há uma escassez. Não havendo mais manifestação, foi colocado para votação e aprovado em unanimidade pelos Conselheiros presentes. Foi registrada a presença da Prefeita Heloisa de Novas Tebas e representante do Território Paraná Centro. Dando seguimento a pauta, foi comunicado aos presentes que a FIEP avisou que o Sr. Ângelo se atrasaria, passando para o item **5- CONTRATAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E ESTUDO PROPOSITIVO PARA SUBSIDIAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM BENEFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DOS TERRITÓRIOS RURAIS PARANAENSES** onde o Senhor Luiz Fernando, Secretário Executivo do CEDRAF, leu o Ofício/DFDA-PR/15/2009 da Delegacia Federal do MDA no Paraná enviado ao CEDRAF, que recomenda a realização de um estudo sobre os Povos Indígenas Paranaenses e sugere a utilização de recursos da meta 6 do Projeto de Custeio do CEDRAF. O Senhor Reni Denardi, Delegado Federal do MDA no Paraná complementou citando exemplos das fragilidades das comunidades indígenas no Estado e esclarecendo a importância da realização de um diagnóstico sobre a questão indígena no sentido de potencializar as ações das políticas públicas e as metodologias de trabalho junto a estas populações. Em seguida Eugenio Bitencourt (AMP) ressaltou as deficiências nas áreas de Segurança Alimentar, Saúde, Educação e ATER existentes nas comunidades indígenas do Território Cantuquiriguaçu e especificamente no Município Nova Laranjeiras apoiando a necessidade urgente do diagnóstico. O Senhor Herlon Goelzer, Diretor Geral da SEAB salientou a necessidade deste estudo para contribuir na qualificação de profissionais para atender especificamente esta população. O representante da APPA, o Senhor Valter, lembrou que o edital do MDA para a Seleção de Projetos de ATER Indígena está aberto e se colocou a disposição para que a APPA seja proponente de um Projeto, desde que não haja impedimentos legais, devido ao fato de já possuir Projetos de ATER junto a outras categoriais em andamento aprovados pelo MDA. Outros conselheiros fizeram o uso da palavra corroborando com a questão em debate. Foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade a alteração do Projeto para a realização do estudo proposto. Em seguida o Sr. Erick apresentou o item **2- CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL**, onde fez uma breve explanação sobre os impactos ambientais causados pela ação humana sobre a natureza. Falou sobre a importância da participação de movimentos sociais ligados à Agricultura, na discussão da saúde ambiental. Falou sobre o cronograma das reuniões nas regiões, que serão nove ao todo, no período de 09 a 16 de setembro, conforme consta no Convite distribuído, onde a idéia é discutir em todos os níveis a questão da Saúde Ambiental, informou que entrasse em contato com os escritórios da SEAB e do Instituto EMATER. O Sr. Herlon Diretor Geral da SEAB, reforçou a importância

desta Conferência, e que tenha um esforço na participação de todos os Movimentos Sociais nas reuniões agendadas por região para que construam propostas de políticas públicas na área de Saúde Ambiental, pois o Paraná terá 48 delegados que participarão na Conferência Nacional. Quanto ao deslocamento dos participantes informou que há um esquema de logística para que todos interessados possam participar. Foi aberto para plenário para debate, como não houve manifestação, deu-se a apresentação por encerrada. Passando para a apresentação do Sr. Ângelo da FIEP/PR – **INDICADORES DO MILÊNIO 2009/PARANÁ E MESORREGIÕES, (item 4 da pauta)**, fez um breve relato de como começou este programa a nível mundial, onde relatou que foram escolhidos oito objetivos do Milênio definidos em setembro de 2000, durante a Cúpula do Milênio, realizada na sede da ONU, em Nova Iorque, quando líderes de 189 países oficializaram um pacto para priorizar a eliminação da fome e da extrema pobreza no planeta até 2015. O Brasil começou em 2003, no Paraná foi criado em 2005 o movimento NÓS PODEMOS PARANÁ a nível Estadual dividido em 10 mesorregiões; e a FIEP Pr abraçou esta causa, onde nesses 3 anos foram trabalhados vários projetos em busca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Também foi criado um prêmio para contemplar as boas práticas das Prefeituras, com isso pretende-se trabalhar a nível municipal. Em seguida citou os oito objetivos 1 – Acabar com a fome e a miséria; 2 – Educação Básica de qualidade para todos; 3 – Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4 – Reduzir a mortalidade infantil; 5 – Melhorar a saúde das gestantes; 6 – Combater a AIDS, a Malária e outras doenças; 7- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, e 8 – Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento. O Paraná está bem colocado pois das oito metas alcançou 4, sendo elas: 1 – Acabar com a fome e a miséria; 3 – Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4 - Reduzir a mortalidade infantil e a 6 – Combater a AIDS, a Malária e outras doenças. Após a explanação informou o site www.nospodemosparana.org.br, o portal www.odm.org.br e seu endereço eletrônico angelo.tadini@sesipr.org.br para maiores informações, e, distribuiu material a todos os participantes encerrando assim a sua apresentação, em seguida foi aberto para a plenária, onde o Sr. Herlon fez a seguinte colocação, que esta apresentação tem por objetivo: 1º dar conhecimentos do Movimento e das metas, 2º solicitar o engajamento do CEDRAF para alcançar as metas propostas; e se propôs a auxiliar as organizações e o CEDRAF para que todos possam se alinhar aos objetivos do Milênio. Como não houve nenhuma outra manifestação, encerrou-se este assunto, **(passando para o item 6)**

REGULAMENTAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL – Marcos/FETAEP e Vilson/FETRAF - Foi feito um breve relato sobre o 1º Seminário de Conselheiros do Paraná realizado de 5 a 7 de junho, onde foi colocado que este evento teve por objetivo promover o debate, nos municípios e territórios sobre a importância do papel dos Conselhos Municipais no Desenvolvimento Rural Sustentável, também foi distribuído o material do Documento Final do 1º Seminário Estadual de Conselheiros do Estado do Paraná, onde foram discutidos 4 temas: 1 – Organização dos Conselhos de Desenvolvimento Rural; 2 – Papel do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável; 3 – Inclusão Social dos Territórios e 4 – Ações estratégicas do Conselho de Desenvolvimento Rural, e dentro deles foram apresentadas 92 propostas discutidas em plenária. Foi relatada também a participação baixa dos jovens e mulheres no evento. Em seguida foi aberta para a plenária, onde foram destacados os seguintes encaminhamentos: - Regulamentação dos Conselheiros no CEDRAF; A cada dois anos organizar um Encontro de Conselheiros; Orientação e

deliberação do CEDRAF para que todos os Municípios regularizem os Conselhos, através de conferências municipais, onde terão que escolher dois delegados sendo um governamental e um da sociedade civil organizada para participarem da Conferência Regional ou Territorial e da Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que deverá ser realizado no mês de maio de 2010 em Curitiba; Que se torne padrão para todo o Estado a Conferência dos Conselheiros; Encaminhar correspondência para Prefeitos recomendando a constituição dos Conselhos por Lei Municipal. Após dos encaminhamentos foi posto em votação sendo aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. Encerrando este tema passou-se para o **item 7 - COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMATER**, O Secretário Executivo informou que havia 4 representações interessadas, que era a FETAEP, FETRAF, UNICAFES e a APPA, e que se tinha como sugestão que hoje se indicasse duas entidades e as outras duas ficaria automaticamente para o próximo mandato. O Sr. Walter colocou que há um consenso que as duas Federações participem agora, mas a FETAEP quer que daqui a dois anos se traga para votação novamente para escolha das entidades. O Sr. Joaquim representante do Instituto EMATER, ressaltou que a direção da empresa quer a indicação de representantes de agricultores, para o Conselho. Diante do exposto ficaram indicadas para o Conselho do Instituto EMATER a FETAEP e FETRAF, que fosse informado aos demais Conselheiros. O Sr. Walter agradeceu aos representantes da UNICAFES e APPA pela concordância. Assim encerrou-se este tema e passou-se para o **item 8) LEI DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA VISÃO DA UNICAFES** apresentação do Sr. Ademir/UNICAFES – Fez um breve relato sobre a missão da UNICAFES, relatou o atual cenário, falou que são 120 cooperativas associadas divididas em diversos ramos: Leite que são as Sisclaf, cooplaf, coorlaf, ramo de Comercialização Sistemas COPAVI e outras cooperativas soltas no estado, como de mel, café, frutas, Produtos orgânicos e outras que não estão filiadas a nenhuma central de cooperativa, tem ainda acompanhamento Técnico e crédito, falou também dos objetivos da UNICAFES. Em seguida falou sobre o tema Alimentação Escolar e o Cooperativismo Solidário falando sobre a Lei 11.947/09 que normatiza o atendimento alimentar escolar e o Programa Dinheiro direto na Escola na alimentação básica em seu Art. 14 que diz: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”. Essa Lei oportuniza a agricultura familiar, mas ao mesmo tempo torna-se um desafio, pois a execução exige a concretização de vários processos de interação e negociação entre agricultores e cooperativas, Prefeituras e Educação. E também há a necessidade de profissionais para o Acompanhamento Técnico (projeto de ATER e parceria do EMATER); Elaboração de produtos (parceria do SEBRAE e engenharia de alimentos); Organização da produção (articulador comercial e cooperativas); Articulação com Prefeituras (assessoria nutricional e parcerias); Apoio Jurídico e Administrativo (assessoria institucional) para a concretização da lei. É importante a construção de parcerias para o fortalecimento da Agricultura Familiar entre as diversas organizações e instituições que objetivam o desenvolvimento local. O nosso objetivo é contar que a UNICAFES está fazendo um time para a execução deste trabalho, trabalhando enquanto rede para atender as demandas. Encerrou-se a apresentação e foi aberto para debate na plenária. O Senhor Herlon colocou duas questões: a 1ª é que essa

Lei é uma enorme oportunidade, foi uma das melhores políticas para a Agricultura Familiar, tem que se ajudar e viabilizar a aplicação da Lei, porque o Município que não aplicar os 30% que prevê a Lei, irá ser apontado no Tribunal de Contas. E a 2ª questão é a resistência nas Prefeituras e Governo com questões econômicas. Colocou que a Secretária da Agricultura está disponível para ajudar a cumprir esta Lei. Em seguida o Sr. Neveraldo levantou a questão quanto a logística deste trabalho a ser realizado, tem que ser pensando como se executar. A representante dos Territórios fez a seguinte observação, “abrir o debate com a Secretária da Educação, EMATER, Nutricionistas e outros envolvidos, abrindo para todos a discussão de como irá funcionar o Programa”. O Sr. Herlon informou que devido à nova Gripe, a reunião com os Secretários Municipais da Agricultura foi transferida para dia 06 de novembro, que o objetivo é sensibilizar os Prefeitos e Secretários para o cumprimento desta Lei. A representante do SEBRAE informou que gostaria de uma pauta na próxima reunião do CEDRAF para informar sobre o trabalho de orientação nas Agroindústrias Familiares e falar sobre as metas para 2010. Foi levantada ainda a questão de se inserir o CAE – Conselho Alimentação Escolar neste processo de articulação. Encerrou-se este tema, (passando para o item 9) - **CONTRATAÇÃO DE RECURSOS PARA MELHORIAS NA CEASA DE CURITIBA ATRAVÉS DO PROJETO COM O MAPA – Antenor/CEASA**, quem fez um breve relato foi o Sr. Airton representante do MAPA, colocou que são 3 propostas: CEASA de Londrina 1, e 2, Ceasa de Curitiba, foram analisado em 17 de agosto é uma complementação de recursos de emendas parlamentares para a Construção de estacionamento Frontal, construção de pavilhão e construção de calçadas e pinturas. Foi analisada e esta aguardando, devido a uma exigência que seja ouvido este Conselho. O CEASA pediu para analisar, dar parecer e o Conselho autorizar a contratação. Em seguida foi colocado para votação e houve concordância, encerrando-se este tema, passou-se para o item 10) **PROJETOS PRONAT 2009 – Abner/MDA** - foi entregue a todos os Conselheiros a planilha com todos os Projetos do Pronat a serem aprovados, em seguida foi feito à leitura dos Projetos: **Território Caminhos do Tibagi** apresentou dois Projetos, 1º- PROGRAMA PARA READEQUAÇÃO DE USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE e o 2º - PROJETO CASA FAMILIAR RURAL; **Território Norte** Pioneiro apresentou UM PROJETO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ, GERAÇÃO DE RENDA E MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA AGRICULTURA FAMILIAR; **Território Paraná Centro** apresentou 2 projetos sendo o 1º ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA AGROINDÚSTRIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE POLPA DE MARACUJÁ ORGÂNICO e o 2º APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO (aquisição de equipamentos para produção de cavacos e maravalhas); **o Território da Cantuquiriguaçu** apresentou o PROJETO DE DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GERAÇÃO DE RENDA PARA A COMUNIDADE INDÍGENA DE RIO DAS COBRAS – AGROINDÚSTRIA DE DERIVADOS DE MILHO; o sr. Abner também falou sobre o PROJETO DE CUSTEIO DOS TERRITÓRIOS E PRÉ-TERRITÓRIOS onde a Fundação Terra é a proponente, terminado a leitura foi feito os esclarecimentos solicitados por alguns Conselheiros e em seguida foi colocado para votação, onde foi aprovado por todos os Conselheiros presentes. Sem mais eu Luiz Fernando Pacheco da Costa, redigi a presente ata que deverá passar pela análise, correção e aprovação dos Conselheiros.